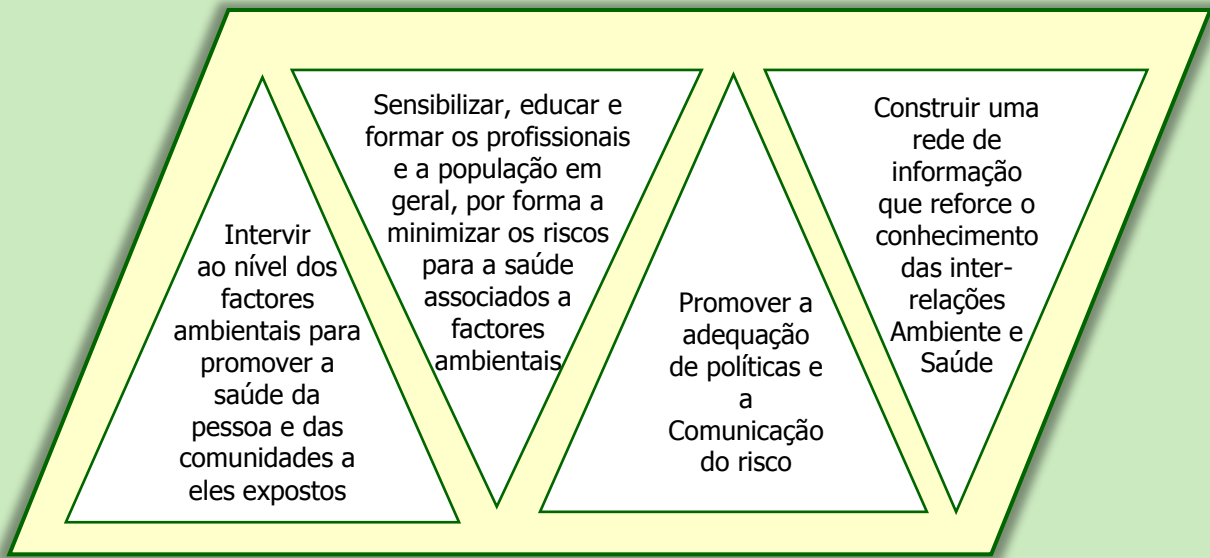
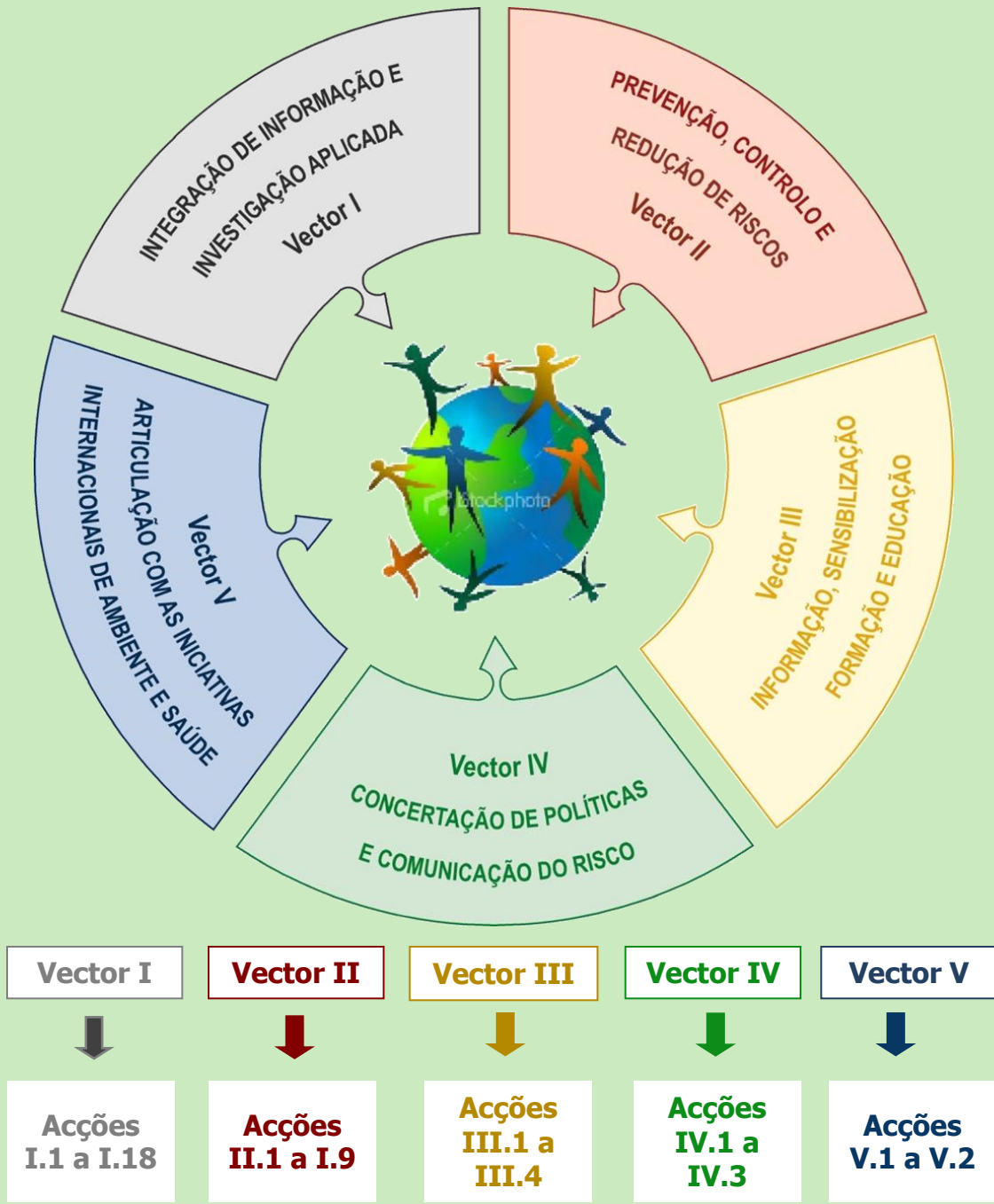


MATRIZ CONCEPTUAL DO PNAAS

Melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em factores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação e contribuindo para o desenvolvimento económico e social do país



Promoção da saúde, consubstanciada na educação para a saúde, protecção da saúde e prevenção da doença, alicerçada no conhecimento e na inovação nas intervenções nesta interface ambiente e saúde, optimização de recursos e potenciação da articulação institucional e da participação comunitária



FICHAS PROGRAMÁTICAS



Impulsionando o planeamento em Ambiente e Saúde, e reconhecendo os planos como importantes instrumentos de política, as organizações internacionais têm concebido orientações que incitam ao desenvolvimento de planos de acção nesta matéria e ao compromisso dos países na sua implementação. Neste sentido, foi elaborado o Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde (PNAAS), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2008, de 4 de Junho.

Apresentar o **modelo da arquitectura funcional do PNAAS**, o qual já mereceu reconhecimento por parte da Organização Mundial da Saúde, evidenciando duas importantes vertentes deste modelo: as unidades orgânicas e a matriz conceptual do PNAAS.

ORGANIGRAMA FUNCIONAL DAS UNIDADES ORGÂNICAS DO PNAAS



Unidade Orgânica e Constituição	Principais atribuições
Entidades Coordenadoras (EC): Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e Direcção-Geral da Saúde (DGS).	Funções técnicas, de planeamento estratégico, operacional e de supervisão dos trabalhos das EPs. Responsáveis por elaborar o Projecto de PNAAS, sistematizar e integrar os contributos resultantes da consulta pública na versão consolidada do PNAAS e coordenar o trabalho de elaboração das Fichas de Projecto. Assegura a correcta implementação das Acções para a prossecução dos objectivos do Plano.
Grupo de Trabalho Interministerial Ambiente e Saúde (GTAS): Integra representantes dos Ministérios: do Ambiente, do Ordenamento do Território; da Saúde; da Administração Interna; da Economia e Inovação; da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas; das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; do Trabalho e da Solidariedade Social; da Educação; da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; e da Cultura, assim como a Associação Nacional de Municípios Portugueses.	Funções técnicas e consultivas, de planeamento estratégico e operacional e de apoio à decisão. Responsável por aprovar o Projecto de PNAAS submetido a consulta pública, os organismos e/ou entidades que integraram as EPs e o mandato das EPs. Acompanha a implementação das Acções do Plano e assegura a sua boa execução.
Equipas de Projecto (EPs): Encontram-se estabelecidas dez EPs, uma por cada Domínio Prioritário do Plano, que contam com a participação de peritos nacionais: EP – Água; EP – Ar; EP – Solo e Sedimentos; EP – Químicos; EP – Alimentos; EP – Ruído; EP – Espaços Construídos; EP – Radiações; EP – Fenómenos Meteorológicos; e EP Transversal. Os membros das várias EPs foram nomeados pelo GTAS, de entre os organismos/entidades que, no âmbito das respectivas atribuições e competências, tinham responsabilidades nos domínios em questão.	Funções técnicas e de planeamento. Cada EP possui um Gestor e um Co-gestor, nomeados de entre os seus pares, cuja principal função é a de coordenar os trabalhos da respectiva EP. Cada EP foi responsável por elaborar as Fichas de Projecto das Acções do respectivo Domínio. Implementam as Fichas de Projecto visando o cumprimento dos objectivos preconizados.
Plataforma Social Estratégica (PSE): Integra representantes da sociedade civil e parceiros sociais interessados (Organizações Não Governamentais, Universidades, Sindicatos e outros) por convite ou manifestação de interesse em ter assento na PSE.	Funções de acompanhamento do PNAAS e de participação comunitária. Emite pareceres, designadamente sobre a evolução dos trabalhos de implementação do PNAAS e sobre os Relatórios de Progresso e Final, formulando recomendações e/ou medidas correctivas/adaptativas entendidas necessárias

As intervenções na interface Ambiente e Saúde que o PNAAS fomenta, convergem na protecção do ambiente, na salvaguarda e promoção da saúde, e na prevenção da doença, permitindo a optimização de recursos, a potenciação da articulação institucional e o progressivo e consistente alinhamento de políticas nacionais, assim como a participação comunitária.